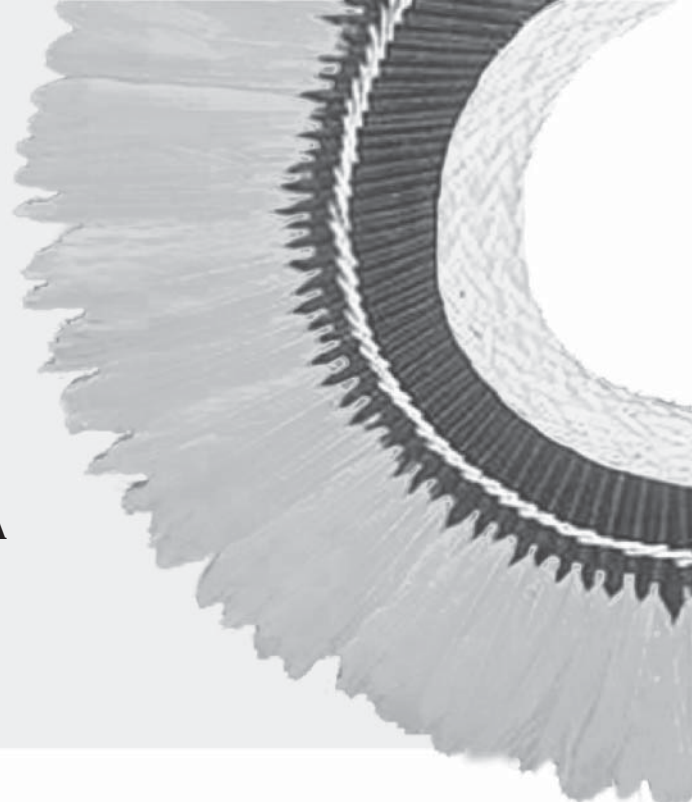


PODER DOS SABERES LOCAIS: ESCRITURAS E LITERATURAS NO REGIME DAS ÁGUAS MARAJOARAS

THE POWER OF LOCAL KNOWLEDGE: WRITINGS AND LITERATURE IN THE MARAJOARA WATERS REGIME

Agenor Sarraf Pacheco
Universidade da Amazônia - UNAMA



Resumo

Baseando-se em narrativas de padres, viajantes, etnólogos, literatos, historiadores entre outros escritores em diferentes momentos históricos, o artigo recupera o poder das águas na constituição das identidades marajoaras de matrizes multiétnicas, dando visibilidade para os rostos afroindígenas. Tais escrituras e literaturas demonstram também o poder dos saberes locais no orquestrar da condição humana estrangeira, assim como revela estranhamentos sentidos por evangelizadores, viajantes, pesquisadores e curiosos, para conviver e entender a cartografia física e cultural regional. Por tais dependências, diferentes intelectuais reconheceram as populações marajoaras ribeirinhas como autênticas construtoras e guardiões de patrimônios materiais e imateriais necessários à sustentabilidade e equilíbrio da região.

Palavras-chave: Poder das águas. Saberes locais. Identidades afroindígenas.

Abstract

Based on narratives from priests, travelers, ethnologists, literates, historians and other writers from different historical periods, this article retrieves the power of waters in the constitution of marajoara identities of multiethnic origins, giving visibility to the African-indigenous faces. These writings and literature also demonstrate the power of local knowledge in the orchestration of the foreign human condition, as well as reveal the strangeness felt by evangelizers, travelers, researchers and the curious, in living together and understanding the regional physical and cultural cartography. For such relations, several intellectuals have recognized the ribeirinho marajoara populations as authentic builders and guardians of material and immaterial patrimonies necessary to the sustainability and balance of the region.

Keywords: Power of the waters. Local knowledge. African-indigenous identities.

Seguimos, impávidos, fazendo a história do Brasil sem levar em conta terras e gentes que continuamos ignorando. Pior, desconhecendo a importância do espaço amazônico, continuamos sem compreender como este meio ambiente moldou, física e mentalmente, seus habitantes. [...] Urge fazermos e valorizarmos a história local para não continuarmos estrangeiros ao nosso passado, esquecidos de nossas origens e obstinados pela vontade de sermos inovadores pela cópia ou tradução de métodos estrangeiros. **Mary Del Priore** (*Os senhores dos Rios*)

Águas, o calvário do colonizador

A cruz pesada dos missionários são as viagens pelo interior. Sendo imenso este Amazonas e estando tão espalhados os seus habitantes, é-nos forçoso passar grande parte do ano, cinco meses, em visitas consecutivas pelo interior, navegando por rios caudalosos, verdadeiras marés, em frágil embarcação a remo; enfrentando as influências dos tempos, as fúrias das águas e até, frequentemente, ameaçados pela ardilosa astúcia das cobras e pela ferocidade dos jacarés e das onças que abundam na região do alto Anajás (LEGARDA, 1949, p. 160).

Ambientes aquáticos amazônicos, viveiros de inclassificáveis espécies vegetais, minerais e animais são territórios de onde podemos extrair néctares à escrita de inúmeras histórias das populações regionais. Esses elementos fluviais, desde o aparecimento do homem ameríndio, permitiram a ele e a seus descendentes descobrirem saídas para sustentar vidas, alinhar identidades, saberes e crenças na insularidade de seus modos de vida. Assim, não somente o sacrifício das desobrigas e visitas pastorais¹ realizadas por padres e bispos entre campos e florestas marajoaras, especialmente a partir de 1930, quando nasceu a Prelazia de Marajó, com sede em Soure, mas também todas as entradas e saídas de outras ordens religiosas em diferentes momentos históricos,

¹ Desobrigas foram visitas realizadas, geralmente duas vezes ao ano, por padres, nos diferentes povoados espalhados e interligados pelos rios da região. Nestes encontros do religioso com populações rurais, ministravam-se comumente sacramentos e dirigem-se festas dos padroeiros de cada localidade. Já as visitas pastorais eram/são realizadas nas paróquias pelo bispo que dirigia/dirige a Prelazia.

necessitaram lidar e entender ritmos de variados espaços naturais dos ilhéus.²

Por seus iniciais estranhamentos quanto à cartografia física e cultural da região, religiosos agostinianos tiveram viagens canceladas, projetos tolhidos, destinos sucumbidos, assim como precisaram readaptar seus tempos, calendários e planejamentos para conseguirem se colocar num mundo onde as águas imperam e podem decretar tempos de ficar e viajar, trabalhar e rezar, plantar e colher, viver e morrer. Não foram raros os momentos em que a perda do tempo das marés nas desobrigas e visitas pastorais fez padres e bispos mudarem todo seu cronograma de trabalho. Quando suas embarcações encalhavam em traiçoeiros terrenos, eram obrigados a esperar a enchente do rio para continuar carregando a cruz missionária, avolumada e de maior peso em função de imensos aguçais necessários de serem ultrapassados.

Por estarem em terras insulares, cheias de labirintos desconhecidos, perderam-se muitas vezes de seus destinos e foram forçados a recuar a caminhos de águas conhecidas para retomar rotas de viagens. Em desobriga realizada nos primeiros anos da década de 50, pelas bandas de Chaves, Frei Antonio Goya, um dos “intrépidos cavaleiros andantes na milícia de Cristo” (LEGARDA, 1954, p. 178), descreveu o enviesado percurso para conseguir atingir as paragens de sua visita. Nestes escritos, permitiu ver o corpo-a-corpo homens e rios, saberes de populações e domínios da natureza.

Indo do rio Acucuia para o dos Carás, dois dias de viagem à vela, foi desviada enormemente a embarcação pela força da pororoca do rumo a seguir, arrastando-a para cima de uma famosa e temida praia, chamada dos Porcos ou, melhor, de Santarém, onde, após rezar com toda fé o ato de contrição, pode o missionário apreciar a pericia do caboclo, na “cana” do leme, ao levar a canoinha, no meio de ferozes vagalhões e uma correnteza espantosa com a fundura de meia braça. A sensação é indescritível. A luta desigual do homem com os elementos. Felizmente, depois de uma corrida de hora e meia, às nove horas da noite, pude fundear em

² De fato, desde o período de conquista da Amazônia, os primeiros navegadores “impressionavam-se com a imensidão das águas, com a exuberância da floresta e com a diversidade dos povos indígenas” (CARDOSO, 2002, p. 35).

um remanso, saborear um bom café e descansar, tranquilo, em cima de uma taboa (LEGARDA, 1958, p. 286).

O episódio visto pelo padre destacou a originalidade do saber e determinação indígena do piloto. Vendo a agitação das águas, o exímio remador mandou o proeiro soltar todas as cordas e segurá-las com a mão. Em caso de arrancar o leme quando batesse na areia, orientou para afrouxar imediatamente os cabos, pois daria tempo, “no seu cálculo”, de levar a canoa, antes de arrebentar-se em pedaços, para a beira do mato. Ali estariam seguros, poderiam esperar pelo dia e tomar as devidas providências. Frei Antonio finalizou contando que, antes de a canoa encalhar na praia, não era possível fundeá-la, porque a voraz “correnteza levaria, de qualquer forma, a embarcação para a ruína”.

Em contatos estabelecidos com populações de tradições locais, religiosos agostinianos perceberam serem esses habitantes detentores de importantes saberes para lidar e conviver com o regime das águas e todo o universo de seres que ele sustenta e resguarda. Desse modo, apesar de, mesmo no passado, ilhéus marajoaras terem sido vistos, na ótica de cronistas e viajantes estrangeiros, como “parte integrante de um mundo exótico” (DIEGUES, 1997, p. 04), foi no lidar com movimentos de enchentes e vazantes, que religiosos do século XX reconheceram marajoaras como autênticos construtores e guardiões de patrimônios materiais e imateriais necessários à sustentabilidade e equilíbrio da região.

Em seus estranhamentos e deslumbramentos frente à imponência da natureza, força dos ventos, correntes marítimas e movência dos cursos d’águas, estrangeiros de ontem e de hoje, ao viajarem pelas avenidas aquáticas da região, batizaram-na como o “Labirinto de Creta”, por não ser uma ilha, mas um conjunto de arquipélagos formados e cortado por milhares de ilhas e canais naturais, adornados de infinitas cores e fantasias em sua fauna e flora.

Se suas belas coberturas vegetais concedem sombra e entretenimento, deixando o observador extático ao contemplar raridades e variedades de suas inúmeras espécies vegetais e animais, não deve esquecer o estar diante do império de poderosas encantarias que, a qualquer momento, pode levá-lo para as águas do mar ou rios profundos. Em 1980, um recém-chegado agostiniano em terras marajoaras, inquietou-se com características

de uma realidade tão avessa aos seus referentes de paisagem continental.

Ir al norte es encontrarse con agua, agua, agua. Agua delante, agua atrás, agua a los lados. No se sabe si las tierras “firmes” fluctúan en el agua, invade la tierra por todos los lados (GARCIA-DÍA, 1981, p. 234). [...] Pero? De dónde sale tanta agua? Qué hace tanta agua? Y esa gente que vive en las márgenes de esos “furos” (agujero, abertura) y de esos igarapés (rías fluviales) Cómo sabe conducirse? Por qué no hay puntos de referencia, no hay montes, las márgenes son todas exactamente iguales, todo es una vegetación tropical del mismo tono (Idem, p. 237).

Envolvidos em outros padrões culturais e mediações rios e florestas, invisíveis e incompreensíveis para olhares estrangeiros, habitantes do reino das águas marajoaras desestabilizaram referências de ambientes que perderam suas coberturas vegetais e tornaram-se sociedades de concreto. Na dinâmica marajoara, populações locais sempre sensíveis e sintonizadas aos mistérios da floresta amazônica, produziram inteligíveis modos de vida e trabalho, os quais vêm permitindo-lhes dialogar e respeitar temporalidades dos indissociáveis reinos: humano, vegetal, animal e mineral garantidor do sustento de seu dia a dia.³

“Ignorantes” aos tempos das marés, padres precisaram aprender a complexa dinâmica e calendário dos rios. Por isso, necessitaram ficar, em determinados momentos, sob o domínio de pilotos, remadores, proeiros ou outros trabalhadores do reino das águas. Um episódio esclarecedor desse processo de dependência aconteceu com Frei Faustino Legarda, no ano de 1957, quando esteve de passagem da Ilha Caviana à Ilha Viçosa, no município de Chaves, depois de realizar a festa de São Benedito no rio Pracutuba (LEGARDA, 1957, p. 286). Registrou o pároco de Afuá: “Devíamos sair à noitinha, no princípio da vazante, para alcançar a enchente da manhã na parte mais perigosa da viagem, isto é, andar de dia por cima de multidão de traiçoeiras praias, com luz e segurança. Devo frisar que havia pres-

³ Como povos de tradições orais originários dos mundos afroindígenas, populações marajoaras e amazônicas construíram seus mundos visíveis assentados em interconexões com reinos da natureza e suas pujantes forças invisíveis e fantásticas. Inspiração para esta elaboração vem de HAMPÂTÉ BÂ, 1982. Sobre estas questões em contexto brasileiro, ver: ANTONACCI, 2009.

sa na saída; do contrário, não chegaria a tempo de fazer o serviço religioso pretendido” (Idem, p.286).

Ao terminar a reza da ladainha em homenagem a São Benedito, padre e piloto foram dormir na canoa à vela a espera da maré, já procurando se prevenir de qualquer imprevisto. O proeiro, no entanto, foi descansar em sua casa, distante dali meia hora, avisando ao padre que não demoraria. Todavia, “a maré vazou. O tempo corria. A canoa enterrou a quilha e o rapazinho, com três ou quatro noites de sono atrasado, não mais voltou. Eu olhando, do tombadilho de proa, para as estrelas e reprimindo o desespero quanto podia, fiquei a pensar: quanto é ingrato depender de terceiros, e pensei na cara que apresentaria aos da Viçosa por chegar com a brincadeira de um dia de atraso” (Idem, *ibidem*). A história seguiu com o padre, o piloto e o proeiro que só retornou próximo de meio-dia. Saíram daquele “malfadado” rio e, ao escurecer, já na enchente, homens embarcados margeavam o lado norte da ilha Caviana. O vento era bom, por isso facilitava o deslizar da canoa à vela, mas a viagem já estava imersa numa “escuridão de breu”.

De vês em quando o piloto cantava: bota a sonda.

E, com pouco, o proeiro completava: duas braças. Uma braça. Braça e meia.

O piloto: aquela sombra ali, não será a Ciríaca?

Depois: já estamos no seco do Juncal.

E a canoa, levada com uma rapidez assombrosa, devorava distâncias.

Pelas duas horas da madrugada, as ondas cresceram gigantescamente; verdadeiro abismo de água.

O piloto: a sonda, depressa.

E o proeiro: meia braça escassa.

O piloto: aperta a bujarrona. Onde é que estamos? (Idem, *ibidem*).

Enquanto piloto e proeiro falavam linguagens a expressar instrumentos de medida das águas, começou a chover. A embarcação caminhando em rumo diferente já não saía de meia braça escassa. As ondas cresciam assustadoramente com os ventos sempre muito fortes. A água espirrada da canoa era toda devolvida para dentro de si. Ela começou, então, a receber água de três diferentes

espaços: das nuvens, da maresia e de uma goteira escondida debaixo de um de seus bancos. Antes disso, o padre apenas rezava, mas vendo a situação ficar cada vez pior, porque a força e o bramir dos ventos impossibilitavam a comunicação de quem ia à frente com quem ia atrás, resolveu secar a água da canoa e intermediar o diálogo.

Padre Faustino Legarda escreveu terem ficado mais de meia hora naquela praia, mas, pela graça de Deus, safaram-se, indo parar na fronteira do Território Federal do Amapá e da ilha Viçosa, bem no meio do Amazonas. Como o piloto não tinha certeza do lugar onde águas e ventos levaram a canoa da desobriga, resolveu fundeá-la com mais de 20 braças de amarras para tentar segurá-los. “Lá, ficamos no meio do rio-mar, agitadíssimo e debaixo de tremenda chuva, numa agitação louca”. Frio, vômitos, mal-estar foram companhias do religioso.

Por fim, os dois rapazes despiram-se totalmente e conseguiram dormir. O padre, no entanto, acanhado e sem nenhuma valentia, ficou apenas de ceroula, pois abrir a mala naquelas condições temporais era arriscado demais. Depois do longo sofrimento, às duas horas da tarde, padre, piloto e proeiro chegaram ao Arraial dos Carás de Viçosa, com semblantes famintos e contando “o trago amargo que, pelo descuido de um mocinho” foram obrigados a engolir. Entre facilidades e perigos, o regime das águas e dos ventos decretam também o tempo das perdas. Em 1957, o barco Aritauá, da paróquia de Afuá, ao voltar da costa de Chaves com uma carga de areia que seria utilizada na construção da Igreja, seu peso não resistiu ao agitado vento e “deu nariz no fundo, deixando o dono e o remeiro em dois improvisados patos” (Idem, *ibidem*, p.).

Vivendo em horizontes de possibilidades para a vida ou para a morte, aventuras e desventuras envolveram frequentemente religiosos agostinianos pelos rios marajoaras. Nas escrituras da Ordem, ao apresentarem relacionais situações de perigo, em suas concepções, sortes concedidas por Deus foram as únicas tábuas de salvação nas horas de maiores tormentos. Em 1946, a embarcação que deu passagem para Fr. Dolsé, na volta da desobriga realizada pelos rios de Breves, “foi a pique”. Eram duas e meia da madrugada, todo mundo dormia, mas um grito de desespero ecoou nos rumores da floresta, acordando os passageiros. A mesma sorte não teve Frei Zacarias Fernandez, tragado pelas águas do rio Arapixi, mu-

nicípio de Chaves, quando, em 23 de janeiro de 1945, viajava para fazer a festa de São Sebastião naquela povoação (PORFÍRIO, 1946, p. 320).

Por esses enredos é possível afirmar que a vida no arquipélago desenrola-se no movimento das águas. Os trapiches⁴ e portos são construídos para facilitar trânsitos e intersecções realizadas por homens e mulheres, idosos e crianças entre terras e rios, assim como barragens construídas, cacuris⁵ erigidos, mururés⁶ e restos de florestas em deriva são entraves para a movência de seres da natureza e da cultura.

Os fenômenos da natureza, como a pororoca,⁷ batizada nas crônicas religiosas de “negra garganta do feroz Netuno”, revelados entre as ilhas Caviana e Mexiana, pertencentes atualmente à Paróquia de Chaves, fizeram padre Faustino Legarda reconhecê-los como extraordinários e incompreensíveis. Aguçou sua curiosidade, ao ver o modo como a maré enche e vaza nos fertilizantes rios. “Crescem, de repente, as águas, invadindo vertiginosamente os canais e em menos de uma hora atingem a altura de um metro e meio. Descem, logo, durante 15 minutos, 2 palmos do nível alcançado; tornam a subir e novamente a vazar, para continuar por fim, sua rápida marcha ascendente, até vencer o máximo da altura na preamar” (LEGARDA, 1954, p. 178).

A efetivação do projeto evangelizador agostiniano, naquela imensa porção da região constituída pelos municípios de Afuá, Anajás e parte de Breves, com destaque para Chaves, por comportar em sua extensão espaço de manifestação da pororoca, exigia dos padres de Afuá o decifrar dos códigos e linguagens das águas. Os longos anos de presença de um mesmo padre na direção da paróquia, sede daqueles povoados, podem ser explicados pela necessidade do religioso para conviver e aprender com populações locais, mo-

vimentos e dinâmicas em cursos de rios e águas da Amazônia.

Rostos marajoaras no espelho das águas

Josebel Fares, em diálogo com diferentes estudiosos amazônicos que abordaram em suas narrativas o papel desempenhado por essa imensa massa de água na vida de gentes situadas no vasto estuário, entre eles apresenta apreensões de Raymundo Moraes. Para este intelectual dos anos de 1930, a água é relógio da Amazônia, porque ela não “marca somente as horas, as semanas, os meses e os anos, mas a escassez e a fartura, a alegria e a tristeza. É na corrente dos rios e na superfície dos lagos, que se decidem nossos problemas. De maneira que o homem, em vez de consultar a marcha dos astros na decifração dos enigmas, consulta a altura das águas” (MORAIS, 1936, p. 257 apud FARESA, 2003, p. 31).

A dificuldade para compreender o regime das águas marajoaras e urdir vivências, provocou inquietação não somente em religiosos do passado e do presente como Mercedários, Jesuítas, Carmelitas, Capuchinhos e Agostinianos, mas também em cronistas, escritores e viajantes, como Alexandre Rodrigues Ferreira e Antonio Ladislau Monteiro Baena, do período colonial; Domingos Soares Ferreira Pena e José Ferreira Teixeira, no Império e na República; assim como Dalcídio Jurandir, Sylvia Helena Tocantins, Nunes Pereira e Giovanni Gallo, ao longo do século XX.

Para entender os mistérios envoltos em rios e florestas, esses homens e uma mulher de letras, ao procurarem documentar nas suas produções escritas movimentos e origens da “rede dendrítica” configuradores de viveres amazônicos, deixaram perceber argutas perspicácias de moradores da região, ao construírem suas embarcações adequando-se a tempos de cheias e secas, assim como em larguras, extensões e profundidades dos rios.

Um mundo de saberes sintonizados com espaços de rios, campos e florestas foi historicamente tecido, concomitante à produção de um imaginário social talhado por universos visíveis e invisíveis, fortemente bricolado com temporalidade de ser, fazer e acreditar, ali erigido. Nos Marajós, outras racionalidades foram elaboradas; outras explicações para a origem dos rios, dos fenômenos da natureza, das doenças e das práticas

⁴ Pontes geralmente construídas de palmeiras de açaí, miritizeiros ou madeira, que ficam em frente de habitações ribeirinhas. Nestes lugares atracam canoas e embarcações.

⁵ Cerca feita de talas de paxiúba ou palmeiras de açaí, tecida em cipó e fixada às margens de rios para capturar pescados e mariscos.

⁶ Planta aquática que flutua sobre o rio. Desloca-se frequentemente de um lugar para o outro de acordo com o tempo das marés, às vezes junta-se a outros vegetais e fixa-se num só lugar por determinado período. Depois, descola-se e segue a zanzar no ritmo da correnteza.

⁷ Fares, comentando o conjunto da obra de Dalcídio Jurandir, recupera a explicação mítica colhida pelo romancista sobre a pororoca. Conta o escritor marajoara que “são três pretinhos que vêm pulando na espuma da maresia, brincando, fazendo pirueta tanto que, quando a ribanceira tem pedra, eles atravessam mergulhando. Mudam de beira e vão aparecer mais adiante na cambalhota. Diz que os pretinhos na volta vêm por terra. Por isso é que a pororoca não volta” (JURANDIR, 1994, p. 340 apud FARESB, 2004, p. 27).

de cura emergiram. Um modo de vida constituiu-se nas fímbrias da lógica colonizadora manifestada desde a conquista da região em 1616, e presentificada com a invasão dos projetos globais, responsáveis pela desestruturação de códigos de comunicabilidade da tradição oral, revelada em saberes locais estruturantes de princípios de vida, cujas bases ainda persistem manter-se nas práticas de partilha, solidariedade e convivência recíprocas.

Inspirado em escritos de viajantes e intelectuais do final do século XIX e início do XX, acompanhamos ancestrais idas e vindas por águas ou terras de populações nativas entre o Atlântico Sul e a Amazônia Paraense. Teixeira, procurando situar a origem dos primeiros habitantes dos Marajós, assinalou que nações como Aruãs, Caçuais, Marauanás, Sacacas, Caias, Araris, Anajás, Muanás, entre outras, “são provenientes da notável família dos Nu-Aruaques”. Esta família emigrou, provavelmente em tempos “pré-colombianos, das grandes Antilhas para o continente Sul-Americano, onde encontrou forte reação dos Caraíbas, dominantes na região situada ao norte do rio Amazonas” (TEIXEIRA, 1952, p. 735).

Baseando-se em estudos realizados pelos naturalistas Ferreira Pena e Emílio Goeldi, Teixeira explicou que os Nu-Aruaques, ocuparam todo o arquipélago de Marajó, por terem “deixado vestígios perenes de sua estada, com numerosos aterros a que chamaram necrópoles” (Idem, p. 736). Comentou que, tirando a família Nu-Aruaque, proveniente diretamente das Antilhas para o sul da América, todas as demais nações indígenas americanas esparramadas pelas Amazônias eram oriundas da região dos Andes.

Formado pela multiplicidade de rios, furos ou paranás; lagos quase sempre de denominações indígenas, como Paracauari, Anajibu, Atua, Caçuuba, Arari, Parauau, Buiussu, Anajás, para citar alguns, esse regime flúvio-marinho colocou marajoaras em rotas e contatos entre si e com povos e culturas de Belém, Macapá, Caiena, atingindo portos antilhanos. Tais fluxos e refluxos permitiram, antes, durante e depois dos primeiros anos da colonização amazônica, como da chegada do gado e dos primeiros africanos escravizados a partir de 1644, renovar intercâmbios de costumes, crenças, tradições, ideias e ideais, assim como mercadorias, sons e ritmos da cultura material e sensível de diferentes grupos e etnias na formação do Atlântico Tropical.

O emaranhado de rios que desenham percursos por dentro da floresta Amazônica, os quais ligam os Marajós a Belém, Macapá, fronteira com a Guiana Francesa, também foram espaços para entradas e fugas de africanos no Grão-Pará. Oriundos dos grupos bantus e sudaneses, nações de Angola, Congo, Bengueja, Bareua ou Barana, Bijagó, Cabinda, Carabá ou Calabar, Caçanje, Fulupe, Guiné, Lalor ou Lulu, Mina, Mandinga, Malhi, Macuá ou Macua, Moçambique, Pabana ou Babana (PEREIRA, 1952), espraíram-se por todo arquipélago, fossem trabalhadores de fazendas, pescadores, agricultores, caçadores, ou ferreiros, carpinteiro, marceneiros, escultores, vivendo em mocambos e quilombos escondidos entre rios e florestas.

Pouco se sabe a respeito de tensões, conflitos e negociações destes encontros de nações africanas com grupos indígenas espalhados pela região, quais condições permitiram-lhes forjar alianças, solidariedades, partilhando saberes e visões de mundo, especialmente em torno de suas liberdades. Entretanto, alguns estudiosos trazem elementos para serem pensadas essas experiências sociais nos circuitos Pará/Macapá/Caiena, ao mesmo tempo em que relatos de textos reunidos em nossa pesquisa de doutorado permitem vislumbrar, como hoje ascendentes dessas mestiçagens vivem, trabalham e se relacionam.

O historiador Flávio Gomes assinalou que fugas e deserções de índios, negros, crioulos, mestiços, ocorridas entre os séculos XVIII e XIX da Guiana Francesa ao Pará, ou vice-versa, tiveram como espaço principal caminhos de águas cercando diferentes espaços escolhidos para táticas de esconderijos.

Saindo de Caiena em direção ao Pará ou vice-versa, via de regra, os fugitivos optavam pelo mar e/ou rios que banhavam a região. Enfrentar as escarpadas matas, nem pensar. Seriam presas fáceis da fome, de animais ferozes, das febres e dos cães farejadores dos seus capturadores franceses. [...] Era pela via fluvial, que estes desertores, construindo canoas e jangadas aventuraram-se (GOMES, 1999, p. 242).

No contexto dessas fugas, mais precisamente em novembro de 1783, depois da expulsão dos jesuítas do Brasil, o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, filósofo ilustrado, partiu de Belém para conhecer a grande ilha de Joanes, sob o co-

mando de 19 índios remeiros. Nesta viagem, a esperança transformou-se em susto pelo perigo que a canoa atravessou, dada a presença do “rijo vento, com trovoadas secas”, rompendo uma das velas. Em seu escrito, o intelectual português redigiu que uma de suas maiores felicidades foi ter escapado das nove correntezas atravessadas (FERREIRA, 1964, p. 147).

As antigas aldeias marajoaras transformaram-se, após a expulsão jesuítica em vilas de denominações portuguesas, porém suas Igrejas preservaram os santos instalados pelos missionários. Rodrigues Ferreira observou que as fazendas, na parte de campos, estavam situadas próximas a rios e todas elas munidas de capelas. Nestes espaços, “tapuios, pretos forros, mulatos, cafusos, caribocas, etc” (Idem, p. 156) desenvolviam diferentes ofícios, sobressaindo a arte de remar por aquele arquipélago retalhado de rios em águas calmas e tenebrosas. “Tem eles a obrigação de, sendo chamados pelo seu comandante, aparecem sempre com o seu remo porque devem estar prontos para as diligências marítimas” (Idem, p. 152).

Os forçosos trabalhos a que eram submetidos índios e negros incidiram, diretamente, em práticas de intensas fugas, como discutimos no último capítulo de nossa tese. O naturalista português percebeu que o excesso de portarias expedidas pelo Presidente da Província para retirar esses moradores de seus afazeres cotidianos, impossibilitava-os de cuidarem de seus pesqueiros, roças e choupanas quase a ruir. Em conversa com um índio da nação sacaca, depois de se inquietar com os complicados volteios dados pelo rio Arari, Rodrigues Ferreira ficou estupefato com a galante teoria apresentada pelo “negro da terra” sobre o surgimento do rio, aspecto ampliado em passagem mais a frente e aprofundado no capítulo final.

Segundo a cosmologia indígena, no princípio a ilha não tinha aquele labirinto de rios. Ali vivia apenas uma infinidade de cobras. Obrigadas pelas secas, os ofídios corriam do centro para a costa em busca de água. No percurso realizado, devido ao peso e grandeza de seus corpos, deixavam impressas na terra suas figuras tortuosas. Estas fendas tornavam-se regatos com a queda de águas das chuvas, que depois engrossaram e transformaram-se no grande rio (Idem, p. 163).

Por fim, envolvido com aquele universo, o naturalista que visitou a ilha com objetivos de explorá-la cientificamente a serviço da Coroa Portuguesa contaminou seu relatório com lingua-

gem ameríndia para explicar temporalidades das viagens. “O tempo que, de ordinário se gasta em subir da boca ao largo do seu lago é o de *quatro marés*; quem sobe em três, tem forçado muito a vela, e o remo em canoa ligeira e bem equipada” (Idem, p. 164, grifo nosso).

Raymundo Moraes, “talvez o mais solitário e prolixo dos escritores amazônicos das décadas de 1920 e 1930” (FIGUEIREDO, 2003, p. 273), criador da metáfora águas como relógio da Amazônia e do rio como rua, também pensou a região como um anfiteatro, por ter suas histórias divididas entre narrativas que a evidenciaram e a puseram na penumbra. Em artigo redigido em 1936, trouxe cotidianos de habitantes do furo de Breves em mediações, águas e embarcações.

Ninguém se transporta de um sítio a outros do encantado meandro, por mais perto que seja, senão no banco das montarias esguias, asseadas, ligeiras. Rema-se à proa, rema-se à meia-nau, rema-se à ré. A sociedade simples dos seringueiros, na prática natural da reza, dos enterros, das missas, transporta-se na piroga. Os defuntos vão pra cova embarcados, embarcados vão os noivos, os padeiros, as procissões, os caçadores, os comerciantes, os trabalhadores, os eleitores, os namorados, os músicos. O rio é a rua. Floresta adentro, mesmo no verão, a terra é úmida, plástica, como se estivesse nos primeiros dias moles do Gênesis (MORAIS, 1936, p. 60-61).

Nessa mesma linha de pensamento, Giovanni Gallo – padre italiano e jesuíta, que em 1973 passou a residir em Genipapo, município de Santa Cruz do Arari –, em diferentes passagens de seus textos, narrou observações, experiências e compreensões sobre a força desempenhada pelas águas na vida marajoara e como seus habitantes interagiram neste contexto. O título de sua primeira obra sobre a região – *Marajó: a ditadura das águas* –, fruto de artigos escritos entre os anos de 1973 a 1980, e publicados nos Jornais *O Liberal* e *O Estado do Pará*, traz expressivas observações dos poderes desempenhados por este patrimônio mundial no dia a dia e no futuro da região (GALLO, 1981).

Em entrevista a Josebel Fares e José Guilherme Fernandes, padre Gallo inventor do singular computador marajoara, exposto em seu museu artesanal, cujas peças são apresentadas para serem

tocadas e manuseadas, identificou a água como regulador de vidas (FARES, 2003). Baseado em suas experiências no Marajó dos Campos, falou dos tempos de cheias e secas, condicionadores do jeito de ser e se colocar no mundo daquelas populações. Recuperando o significado da foto com a casa caneluda, capa que abre a 3ª edição de seu livro, Gallo permite ver adequações realizadas por marajoaras para equilibrarem-se naqueles espaços que, em tempos de cheias, parecem flutuar sob as ordens da maré e, no período de secas, transformam-se em ambiente de dois andares.

Um mergulho no universo desses homens anfíbios,⁸ em seus modos de vida e relações socio-culturais, ajuda a desvendar astúcias para lidar com a geografia dos rios, dos ventos e sua ação nos abrolhos de solos assoreados, construindo específicas experiências históricas. No Marajó dos Campos, os criatórios de gado fizeram índios, negros e seus descendentes inventarem formas para lidar com a dura faina dos períodos de maré alta e maré baixa.

Em tempos alagados, braços afroindígenas construíram aterros, marombas, maternidades e currais elevados para salvar o gado. Utilizando-se de rápidas canoas ou batelões, esses trabalhadores das águas cortam e transportam *canaranas*⁹ para alimentar o animal impossibilitado de locomover. Na vazante, seus corpos ou corpos de búfalos emparelhados a essas embarcações carregam mantimentos para o sustento da criação bovina. Na estiagem, vaqueiros precisam acompanhar o gado desnutrido por longos quilômetros em busca de pastos, o cuidado para não deixá-lo definhando em atoleiros ou diante de animais nocivos, redobra a atenção. São homens que vivem contínuas tragédias, porque cada estação lhe traz os perigos em gerenciar a fúria ou escassez das águas. Apesar dessas adversidades, os marajoaras tornaram-se os mais aptos para lidar com estes ciclos naturais em enfurecidos desequilíbrios por ações desumanizadoras de projetos globais.

Semelhante a narrativas produzidas por D. Antônio de Almeida Lustosa (1931-1941) sobre competências e habilidades de vaqueiros marajoaras no trato do gado, pesquisa realizada por Monteiro Ba-

ena, nas primeiras décadas do século XIX, permitem apreensões de saberes de pesca, desenvolvidos por culturas indígenas, garantidores do sustento das elites para quem trabalhavam nos pesqueiros. Para Baena os índios aruãs eram mestres na “arte piscatória”. Conhecendo o tempo para a captura das espécies, sabiam o tipo apropriado de instrumentos a serem utilizados em cada situação de pesca. Algumas vezes, na boca de seus *uatapus atroadores*, faziam com que “os peixes atraídos pelo som destes búzios”, viessem logo “emalhar-se em suas redes lançadas” (BAENA, 2004, p. 281).

Em sua estada nos campos marajoaras, impressionou D. Antônio Lustosa a destreza com que, desde pequenos, filhos de ameríndios e negros aprendem a domar o gado em laços. Antes, “lançam o galho da árvore, lançam as galinhas, as cabras, os bezerros, lançam-se mutuamente, e é tudo um exercício continuado para adestrar os admiráveis lançadores que nos assombram com a sua perícia” (LUSTOSA, 1976, p. 344). O saber-fazer dos vaqueiros se expressa nas lançadas seguras quando disparam pelos campos a cavalos domados e inteligentes, atracando chifres curtos, no seu preciso golpe de vista, deixando ver coragem, previsão e conhecimento dos instintos do gado. Esse conjunto de habilidades fez o arcebispo pensar na longa formação pela qual passa a criança do Marajó dos Campos, para aprender a prática de convivência com a cultura do gado.

No surdo e incessante movimento construtivo dos rios, populações locais perpetuaram técnicas e instrumentos de pesca artesanais extremamente inteligentes. Arcos, flechas, anzóis, zagaia, iscas como minhocas, insetos, frutas, assim como paris,¹⁰ cacuris, tapagens de talas de bambus,¹¹ ramas verdes e troncos, covos,¹² rupichéis, redes e puçás compõem parte do conjunto de artefatos de uma cultura material herdada de povos ancestrais, nativos ou diaspóricos à região, sensivelmente sintonizados a temporalidades das águas. Nunes Pereira assinalou que, quando estes elementos lhes faltavam, “recorriam a plantas ictiotóxicas¹³ para tinguir as águas e matar os peixes

⁸ César Barreira, em prefácio redigido para o livro de Fraxe, faz importante afirmação para mostrar como o pensamento colonial lê populações locais, cujas vidas estão cicatrizadas pelo tempo das águas. Assinalou: “Se os homens anfíbios estão perfeitamente equilibrados e harmônicos no ecossistema amazônico (aquático e terrestre), eles aparecem como se estivessem ‘fora d’água’ na lógica e na racionalidade capitalista” (FRAXE, 2000).

⁹ Espécie de capim utilizado para alimentar o gado, geralmente recostado e encontrado à margem dos rios.

¹⁰ Esteira produzida de talas para tapar boca de igarapés, objetivando, no tempo da maré baixa, capturar o peixe.

¹¹ Semelhante a paris.

¹² Instrumento confeccionado de talas, em formato oval, para captura do camarão.

¹³ Esta raiz possui espécie de veneno para abater o pescado, também conhecida como timbó, hoje proibida por leis ambientais. Geralmente, na vazante da maré, o pescador fechava a boca e a saída do igarapé com paris e batia a raiz na água. Com alguns minutos depois, o peixe em desespero começava a flutuar, facilitando sua captura.

de superfície e de profundidade” (PEREIRAb, 1956, p. 69).

No tempo das secas, não somente a paisagem do Marajó dos Campos modifica-se, como também os canoieiros desenvolvem outras práticas de trabalho e vivência. Uma delas é *o modo de viajar a espia*. Em vez de o ribeirinho ser conduzido pela canoa, em virtude da ausência de vento e maré baixa, este, caminhando a pé pelas margens despidas de matas e com uma corda comprida amarrada à canoa pela outra extremidade, reboca a embarcação. D. Antônio de Almeida Lustosa observou a dificuldade do ribeirinho de remar, porque os rios não apresentam, nesse tempo, margens sólidas e limpas. Para resolver suas necessidades de deslocamento, operam com o método de arrastar a pesada canoa dentro d’água. Ficou impressionado com esta cena porque “volumosa no seu bojo, com seus mastros e respectiva cordoalha, com a grande vela, em geral colhida, a embarcação parece não poderia ser rebocada senão por algum elefante, como se usava outrora na Índia. Entretanto, um homenzinho a desloca sem grandes esforços” (LUSTOSA, 1976, p. 349).

O rio Arari, na década de 1930, era ladeado de campos aproveitáveis à pecuária. Suas águas movimentadas por embarcações expressavam marcas de uma vida sob o regime das águas com formas de trabalhar e comercializar, próprias a espaços flutuantes. Canoas conduzidas por filhos de africanos e indígenas levavam o gado,¹⁴ abastecendo cidades vizinhas e a capital do Estado; outros canoieiros carregavam o gelo para a pesca em alto mar. Havia aqueles que partiam com carregamento de peixe salgado, além dos persistentes regatões, que tanto perturbaram a ordem econômica e política ao longo dos séculos XVIII e XIX. A visão de um viajante da foz até o lago Arari, escreveu D. Antônio, se preenche com belas vivendas, intermináveis campos de criatório de gado, caixaras,¹⁵ rebanhos numerosos de bois e manadas de búfalos, taperaís de pescadores.¹⁶

A convivência com a dinâmica da natureza, regida tanto pelas cheias – tempo de *cabeça-d’água*, também conhecida de *lançante* pelos ribeirinhos da região – como pelas secas, tempo de *tepacuetema*, fez com que as visitas pastorais de D.

Antônio fossem conduzidas por diferentes embarcações ou outros meios de locomoção, como o cavalo ou a carroça puxada por cavalos ou bois. Havia localidades com fazendas à margem do rio onde o porto ficava raso.¹⁷

Nos anos de 1936, no percurso de Oeiras para Currallinho, o arcebispo de Belém conheceu um menino ribeirinho de 13 e 14 anos, o qual, na véspera, fez o caminho inverso, em uma pequena embarcação. O cotidiano do adolescente era ajudar o pai a atravessar pessoas e mercadorias no pequeno transporte. O caminho percorrido anteriormente foi para transbordar um moço a Oeiras. O tempo não estava tempestuoso, mas ventava muito, encrespou as ondas e os dois se alagaram. A “valência” foi ser o barco de madeira leve, que mesmo cheio de água, continuou a flutuar. Segundo o arcebispo, nem o menino tripulante e nem o moço viajante “perderam o sangue-frio”.

Nadando no rio, apoiados à canoa alagada, tripulante e viajante com uma mão desalagaram a embarcação e seguiram viagem. No dia seguinte, o menino “sem a maior apreensão” pegou carona, amarrando seu casco na lancha da visita pastoral. Impressionado por aquelas artes da vida sobre águas, o religioso encerrou a narrativa contando que, antes de chegar a Currallinho, o pequeno tripulante desamarrou a corda presa à lancha e seguiu seu destino na maior naturalidade, fazendo-se “novamente joguete daquelas ondas irrequietas”.

Estas narrativas compostas pelo prelado permitem acompanhar um universo de gentes e suas habilidades em lidar com o regime das diferentes correntes marítimas que deságuam entre campos e florestas. Saberes de pesca, coletas de frutos do rio, seu poder curativo, práticas de trabalho como as realizadas por mulheres coletoras de açaí,¹⁸ de traços afroindígenas, habitantes de Muaná, são tarefas registradas por D. Antônio e, ainda hoje, desenvolvidas por populações da floresta marajoara.

Nesse universo singular, perenizado por habitantes de culturas dos sentidos, outras cosmogonias, ritmos de vida, compreensões de mundo tornam-se visíveis e vivenciados em impressões escritas. Seus saberes, fazeres e crenças, trazem

¹⁴ Segundo o religioso, havia fazendas, na zona do Arari, que contavam com trinta, quarenta e cinquenta mil reses nos seus campos.

¹⁵ Embarcadouros de gado que consistem em currais com saídas afuniladas, pelas quais as reses são encaminhadas às lanchas (LUSTOSA, 1976, p. 351).

¹⁶ Provisórias habitações abandonadas por pescadores, situadas à margem de rios, no período de reprodução do peixe.

¹⁷ Estas fazendas eram Paraíso, São João, São Joaquim, São Joaquinzinho, Arari, São Pedro, Tuiuiú, Menino Deus, Flor de Inajá, Jenipapo.

¹⁸ Essas mulheres foram descritas por D. Antônio com grandes cestos presos em suas costas pendentes por uma faixa que lhes cingia a testa e as faziam sentir todo o peso da carga depositada no utensílio. Costume próprio de uma região fortemente marcada por hábitos de trabalhar desenvolvidos por populações indígenas e africanas. Tal prática retoma a divisão social das tarefas: ao homem competia levar o arco e a flecha e às mulheres o aturá, a carga.

sempre, implícita ou explicitamente, marcas da presença de lugares pantanosos e flutuantes. Esses territórios, onde se surpreendem valorizações de expressões sensíveis e afetivas alinhavadas por populares insulares em seu meio ambiente, não podem ser tomados como “isolados e homogêneos, isentos de conflitos” (DIEGUES, 1997, p. 08). Na maioria dos nove municípios sob a jurisdição da Prelazia de Marajó, significativa parcela dos moradores, apesar de dispersa em rios, furos e igarapés, continua reunindo-se para trabalhar, festejar, celebrar, reafirmando sociabilidades de seus modos de viver, pensar e estar no arquipélago.

Escrituras e literaturas no regime das águas

Jerusa Pires Ferreira, em conferência de abertura ao X Fórum Paraense de Letras, promovido pela Universidade da Amazônia, em outubro de 2004, apresentou um texto com o sugestivo título, *Memórias das Águas*. Assinalou que, “na Amazônia, a água é presença e movimento, é a própria organização das paisagens culturais e humanas, anímica e definidora, a água é o bordão da memória” (FERREIRA, 2004, p. 13). A compreensão de Ferreira ajuda perceber, em semelhança ao pensamento de Victor Leonardi, não ser possível compor histórias de povos e culturas gestados ou habitados em ambientes amazônicos sem vislumbrar a pujante força gerenciadora do “líquido sagrado” na constituição de identidades, saberes e religiosidades locais.

Nessas terras insulares, arrimos de variadas memórias, congregaram-se histórias reais e fantásticas, forjadas por imaginários de culturas orais, fluviais e florestais. Leandro Tocantins, em livro intitulado, *O rio comanda a vida*, recupera uma narrativa fantástica, popularizada entre viajantes que desciam, em navios gaiolas e transatlânticos, os Estreitos de Breves,¹⁹ ao longo dos séculos XIX e XX, especialmente, no soturno furo Aturiá, na volta do Vira-Saia, fronteira com o município de Melgaço.

Segundo este estudioso, os habitantes desse pedaço da ilha costumavam dedicar, às divindades autóctones, todo sortimento de roupas e tra-

pos jogados por viajantes quando por ali passavam. A origem da “estranha oferenda” assenta-se numa narrativa repleta de códigos de povos de tradições orais, culturalmente moldados e sintonizados com correntes e seres das águas marajoaras, de acordo com Tocantins:

Uma canoa subia o furo nos primitivos tempos da conquista, e ao dobrar a volta do Vira-Saia surgiram pela proa centenas de botos, fungando e ameaçando a pequena embarcação, que ficou paralisada, sem poder prosseguir a derrota ou retroceder. Repentinamente, um coro de vozes se fez ouvir, entoado por jovens desnudas que afloravam das águas. As lindas iaras pediam roupas para cobrir o corpo, e tão logo as peças eram jogadas pelos caboclos atemorizados as visões desapareceram, e a canoa pôde continuar a viagem (TOCANTINS, 1988, p. 29-30).

O viajante e naturalista do século XIX, Henry Walter Bates, assinala Tocantins, também registrou, entre “caboclos tripulantes do barco em que viajava”, a referida narrativa. Apesar de trazer outros elementos, conservou o imaginário da oferenda como “superstição” criada pelas populações locais para manterem-se em sintonias com entidades dos rios. Na atualidade, essa prática ganha outros usos e apropriações.

Quando nossa família habitava o espaço rural do município de Breves, eu e meus irmãos, ao avistarmos navios e princesas, pegávamos nosso casco e ficávamos no meio no rio para pedir que nos jogassem presentes. Era comum ganharmos comida, roupas e brinquedos. Hoje, quando se viaja pelo estreito de Breves ou por outros espaços da região, crianças carentes, geralmente acompanhadas de suas mães, procuram seguir a embarcação para pedir ajuda em dinheiro, roupas e alimentação.

As águas marajoaras gestam, então, relações de extrema dependência entre homem e meio ambiente, reveladas em sociedades, cidades, vilas ou casas flutuantes ali configuradas. A água é a grande metáfora da vida, pois dela, nela ou por ela emanam, correm e podem ser concretizadas todas as necessidades humanas, intelectuais, espirituais. Somente populações inseridas num sistema de símbolos e crenças são capazes de assegurar suas difíceis formas de vida e criar explicações para a existência de encantados, visagens, assombrações e seres míticos, tão fortemente desclassificados pelo letramento ocidental como folclore.

¹⁹ Os estreitos de Breves, válvula de escape para a navegação amazônica fugir do temido cabo Maguari, na parte externa da ilha, posta em contato com o oceano, possuem canais caudalosos que se tornaram rotas obrigatórias de canoas a remo, à vela, navios gaiolas, transatlânticos, barcos motorizados, navios de linha, permitindo a povos e culturas viajarem em diferentes tempos e direções. Quem olha por cima da floresta a esse estreito, tem a impressão de que as embarcações estão afogadas na floresta, em função da reduzida largura da avenida fluvial e a imponente da flora. Leandro Tocantins acredita que, no ano 3000, a ilha, antigamente partida, será novamente soldada em suas partes desgarradas, transformando-se numa península.

Escritor que não poderia faltar em investigações por águas amazônicas é Dalcídio Jurandir, um dos maiores literatos paraenses nascido no início do século XX, teve como palco de suas criações os “Marajós”, a Belém e seus bairros empobrecidos. Ecoou como uma voz que, durante cinco décadas (1929 a 1979), em escritos carregados de uma poética das conflituosas vivências na região, denunciou, em romances e artigos jornalísticos, o abandono, a exploração social, a perene dificuldade enfrentada historicamente pelas populações locais, situadas nos mais diferentes espaços do imenso arquipélago.

A trajetória de Dalcídio Jurandir centrou-se especialmente no Marajó dos Campos. Por isso, sua literatura traz um número muito grande de representações daquele universo. Fala de tempos de cheias, quando as águas do oceano invadem a paisagem, encharcando, em prolongado período, os campos; tempos de secas, quando o Amazonas expulsa as águas salgadas do mar tenebroso, decretando sua fase de reinar. Nesses distintos tempos, vaqueiros, agricultores, pescadores, trabalhadores do rio e da terra reorganizam suas vidas. O tempo do trabalho, do plantio, da colheita, do festar, tem as marcas dessa inextrincável relação cultura/natureza.

Em carta encaminhada do Rio de Janeiro, para sua amiga Maria de Belém, no Pará, em 06 de junho de 1974, Jurandir recuperou marcas das águas em sua vida e na composição de seus romances.

Ainda teimam desnaufregar o navio. Ele virou fantasma, virou cobra boiúna. Sobre as enchentes em Marajó, o espetáculo é o mesmo. No meu romance “Marajó” eu falo da água invasora. O “Chove” está encharcado assim como “Três casas e um Rio”. Toda a minha obra flutua na enchente. Vejo o jacaré, o peixe aruanã e os defuntos que escapam do cemitério alagado. Morei numa casa em cima d’água. Até hoje oiço os peixes e as marrecas e as chuvas enormes. [...] Marajó é ainda terra encantada. O gado anfíbio. [...] Quando Marajó desencanta? (ME-NEZES, 1996, p. 24).

Maestro em orquestrar águas e fazê-las movimentar-se entre seus personagens, o artesão Jurandir trabalhou as palavras como barro, atribuindo-lhes ou recuperando sua vida sonora, rítmica, vocal. Recriou com aguçada habilidade, falares regionais marajoaras de tradição oral, muitos de-

les, ainda hoje, em confrontos com outros códigos de comunicação do ocidental mundo letrado, perpetuados e retrabalhados pela economia de mercado em expansão na região.²⁰

Utilizando-se, com virtuosidade, de uma linguagem, cujas marcas da oralidade regional são preservadas, traz à tona dimensões de vivências de diferentes grupos sociais, em suas desiguais maneiras de viver as contraditórias dimensões de miséria social, riqueza e de esbanjamento. As histórias, aventuras e desventuras da região são contadas a partir da valorização de ações e reações de personagens do seu mundo real, consentindo-lhes o direito de falar, gritar, reclamar e deixar conhecer seus sofrimentos, conquistas, intrigas, projetos, em meio a uma natureza peculiar que dita regras de convivências.²¹

Sua primeira obra, *Chove nos campos de Cachoeira*, encaminha o leitor a não perder de vista, em seu monumental escrito literário, a indissociabilidade homens e águas (JURANDIR, 1995, p. 17). Produziu dez longos romances confeccionados para dar conta dos dramas, desventuras e dominações vivenciadas entre grupos de habitantes da Amazônia Marajoara. Rosa Assis assinalou que, em Dalcídio, as lágrimas dos personagens que choram seu abandono, dor e exploração social “são águas derramadas, são rostos lavados” (ASSIS, 1996, p. 38). Os cenários recompostos pelo romancista são variados.²² Homens, encantados, visagens, assombrações e bichos passeiam, com grande ênfase, refazendo

²⁰ A grande fonte de informação dalcidiana baseou-se em suas vivências de infância e adolescência, narrativas que ouviu a mãe, o pai, vizinhos, parentes e amigos contarem sobre habitantes dos municípios de Ponta de Pedras, Muaná, com destaque especial para Cachoeira do Arari, lugar onde ficou durante 12 anos, dos 13 iniciais em que habitou nesse lado na Amazônia litorânea. Assim como leituras de obras nacionais e estrangeiras, correspondências com amigos literatos, etnólogos e folcloristas. Aspecto que impressiona na forma como o romancista deu luz aos seus romances é a grande preocupação com o levantamento de informações, a comprovação das narrativas. Não na perspectiva de checar os fatos, mas no sentido de saber se as práticas culturais eram recorrentes, naquele determinado espaço. Por meio de frequentes correspondências com a esposa Guiomarina, com o irmão Ritacínio, amigos como Nunes Pereira, entre outros, Dalcídio solicitava informações sobre crenças, costumes, lendas, mitos, enredos festivos para retrabalhar em sua ficção. A esse respeito, ler: NUNES, PEREIRA & PEREIRA, 2006.

²¹ Homem ético, determinado, arrojado em seus projetos literários, ávido, intenso e apaixonado pela arte de escrever, Jurandir deixou claro, desde seus primeiros escritos, qual meta pretendia alcançar com a produção de uma escritura no campo das letras. Fazer de sua literatura arma poderosa a favor de homens e mulheres marajoaras excluídos de uma existência digna. Essa diretriz é facilmente captável na epígrafe de abertura deste trabalho.

²² Durante sua trajetória Jurandir escreveu onze romances, 10 deles compõem aquilo que denominou de Ciclo do Extremo-Norte. São eles: *Chove nos campos de Cachoeira*, *Marajó*, *Três casas e um rio*, *Belém do Grão Pará*, *Passagem dos Inocentes*, *Primeira manhã*, *Ponte do Galo*, *Chão dos Lobos*, *Os Habitantes* e *Ribanceira*.

espaços de curas mágicas ou sonhos perdidos pelas adversidades da vida. Se a água tira a vida, ela também rejuvenesce e permite invenções de convívios prazerosos.

Em meio a essas variadas aventuras e desventuras por rios, campos e florestas marajoaras, escritos de Sylvia Helena Tocantins,²³ poetisa, contista e romancista permitem outros mergulhos nos cotidianos vividos por populações de tradições orais, detentoras de saberes afroindígenas e em intensas simbioses com reinos animais, vegetais, minerais e humanos por ambientes anfíbios do grande arquipélago. Lembranças de infância compartilhadas por esta literata com a índia Jandyra, recompõem universos lúdicos construídos em cenários de águas.²⁴ “Nas horas de aguaceiro, ela corria a pular, batendo as pernas com uma ramagem fina. Comia peixe cru, tecia peneiras, cestos, fazia louça de barro”. Sob os ralhos do pai e os conselhos da negra Jovelina, a menina Helena inspirava-se nas peraltices da índia e com ela partilhava os mistérios e riquezas dos campos em tempos de chuvas.

Em *A Lenda do Amor Eterno*, Tocantins recupera do imaginário marajoara histórias de bois misteriosos a desafiar habilidosos vaqueiros, cujo cenário envolve o rio, a cobra grande e os poderes da medicina popular sob a mediação de médicos da floresta. Nessa narratividade, esboçam-se novos elementos da complexidade que envolve o ser marajoara, em suas relações com o meio circundante e suas potentes forças cósmicas. “Contavam que um boi misterioso desafiava o vaqueiro mais destemido e quando laçado corria para o rio e entrava n’água, mergulhando. Então a corda partia-se e no dia seguinte encontravam o resto da corda enrolada na margem transformada numa cobra grande. Dava um febrão no vaqueiro que só o pajé o salvava com rezas e puçangas” (TOCANTINS, 2005, p. 42).

Em entrevista com esta literata foi possível conhecer experiências e olhares de nordestinos migrantes sobre o mundo das águas marajoaras, no contexto da II Guerra Mundial. Helena Tocan-

tins contou que seu pai, o fazendeiro piauiense Francisco Soares de Melo, no início dos anos 40, tomou conhecimento de que levas de nordestinos estavam vindo à Amazônia para trabalhar na região, especialmente nos seringais do Acre. Por ser nordestino, o fazendeiro resolveu dirigir-se a hospedaria Tapanã, local para onde eram encaminhados os retirantes, trazendo para sua propriedade seis famílias, cada uma com seis filhos.²⁵

Quando atravessaram a baía de Marajó, essas famílias, em diáspora, ficaram impressionadas com a quantidade de águas ali reinantes. Segundo Tocantins, os três mil pés de coqueiros plantados por negros, mulatos e mestiços, às margens do rio, nos limites daquela fazenda de seu pai, a quantidade e facilidade para capturar o peixe, o contato com uma paisagem completamente diversa do nordeste brasileiro, fizeram estas famílias de retirantes, chamarem a região de grande paraíso.

As águas e toda riqueza que dela emana em contraste com o agreste e “faminto sertão”, em tempo de seca, permitem a construção de outras imagens da presença nordestina na Amazônia. Das memórias da romancista não emergiram versões das possíveis dificuldades, conflitos e limites vividos por aquelas seis famílias no Marajó dos Campos. Retiveram especialmente trocas culturais no universo do trabalho, alimentação, crenças, rituais, saberes, cantorias estabelecidas com nativos da região, filhos e descendentes da África Negra erradicados nas fazendas paternas.

Entre o escrito e o narrado oralmente, o olhar de Sylvia Helena sobre os Marajós, expressa singularidades.²⁶ Preferiu “vê-lo dentro da grandiosidade paradisíaca presenteada pela natureza. Ambiente rude e agreste, mas pleno de encantamento”. Seus comentários trazem a imagem de um marajoara acomodado “como canarana e o mururé que dormitam em cima d’água e só caminham quando a maré os leva”. Sua leitura de mundo, a princípio, parece diferir a de Dalcídio Jurandir e Giovanni

²³ Sylvia Helena Tocantins nasceu na década de 1930, desde 1992 faz parte da Academia Paraense de Letras. Entre seus trabalhos publicados destacam-se *Respingos de Maresia* (Poesia), *As Ruínas de Suruanã* (Romance), *No Tronco da Sapopema* (Contos) e *A Lenda do Amor Eterno* (Romance).

²⁴ É recorrente, nos escritos de Sylvia Helena, a presença, as artes e os ensinamentos adquiridos com a índia Jandyra, que sua avó paterna criou, “um pedaço de morena que enchia os olhos da vaqueirada”. A índia foi roubada ainda criança no Alto Tocantins e trazida para Marabá, onde foi dada como presente para a avó. Entre as páginas de suas narrativas, dedicou um conto específico para falar dessa personagem. (TOCANTINS, 1998, p. 191-197).

²⁵ Entrevista realizada com a romancista e poetisa, em abril de 2007, na sua residência.

²⁶ O pensamento de Tocantins, como de qualquer escritor, literato, pesquisador é filho de seu tempo. A arte de talhar letras para compor poesias e prosas poéticas iniciou na década de 80, já com uma gama de experiência e leitura de outros universos. Ávida leitora dos clássicos da literatura nacional e internacional, em 1982, esta mulher paraense de fortes vivências nos campos marajoaras, despertou para o mundo dos versos, quando lançou seu primeiro livro de poesias *Respingos de Maresia*. Liberta de métricas e rimas, sua obra foi recepcionado com calorosos elogios pela crítica estadual, nacional e internacional, colocando-a em destaque no campo literário (D’OLIVEIRA, 2008). Agradeço a Sylvia Helena por permitir fotocopiar o exemplar, boneco do livro, presenteado por Edy-Lamar, antes de se tornar conhecimento público.

Gallo, este último procurando “desdobrar o direito e o avesso da ilha, suas misérias e riquezas”, evidenciou seus problemas sociais.

Na perspectiva da infância enquanto inspiração e o “Marajó” como missão, configurações elaboradas por Sylvia Helena tracejam outros enredos da vida na região, especialmente ligadas às fazendas e áreas de pesca. Desse modo, seus romances dão conta de reconstituir a difícil vivência de africanos, indígenas, mulatos e mestiços em suas relações com fazendeiros e capangas da região, assim como práticas de sociabilidades e ódios que, ao despontarem entre fazendeiros, enredavam todos seus empregados, tornando os arraiais de festas religiosas, barril de pólvora, pronto a explodir em brigas e gerar assassinatos.

Proveniente da aristocracia da região, a sensibilidade da contista e romancista fez valorizar, em sua composição literária, artimanhas da cultura popular e jogos de poder das elites latifundiárias na foz do rio-mar. Tocantins revive pelejas entre linguagens de tradições orais e eruditas, crenças e saberes imbricam-se nas ações dos variados personagens. D’Oliveira, comentando sobre *As ruínas de Suruanã*, assinalou: “se impõe como documento de informação folclórica e étnica, relatando [...] os costumes, as crendices, rezas e cantigas, a miscigenação, além de abordar com perfeito domínio as questões: da impunidade, do roubo de gado, do abuso de poder, a invasão de limites, os desmandos em geral”.

A maneira de compreender o mundo mítico-fantástico, marca profunda da identidade cultural marajoara, em Sylvia Helena emerge com outros tons. Seus escritos sinalizam um cenário primitivo, de uma gente que enfrenta, cotidianamente, “rigorosas invernadas de pé no chão e chapéu de palha”. Sabem conviver com o causticante verão, a terra rachada de onde brotam o juquiri espinhento, pois estão “sempre de bom humor”, habilidosamente encontrando remédio pra todos os tipos de desesperanças a bater em sua porta. Nessa batalha desigual, silenciosa, Tocantins afirma ser o marajoara “um herói anônimo, na luta do ganha-pão” (TOCANTINS, 1987, p. 14).

Sempre inspirada em suas lembranças de infância, quando traduz a vida na região, Helena Tocantins construiu uma tipificação do marajoara de verve submissa e respeitadora décadas atrás, muito inclinado a instrumentos de culturas sonoras multiétnicas, com mudanças em seu comportamento presente.

O caboclo que eu conheci quando criança tomava a benção até das patroinhas, usava chapéu de carnaúba debruado, faca na bainha, baeta vermelha de flanela durante as invernadas, tocava violão, flauta, banjo, cavaquinho, tambor. Hoje trocou a viola pelo radinho de pilha, a baeta pela capa de plástico, o chapéu pelo boné, já usa termos de gíria, da cidade grande (TOCANTINS, 2005, p. 27).

Para a escritora, essa mudança joga à penumbra a beleza do passado marajoara. Traços culturais como a ingenuidade do caboclo, o encanto roceiro, o linguajar peculiar, o sistema de crenças em encantarias, visagens, assombrações, estão sendo consumidos e destruídos pela lógica do progresso em expansão como “punha de dois grumes, constrói e destrói ao mesmo tempo”. Nessas considerações, Helena Tocantins deixa entrever cuidados com a conservação das tradições que caem em desuso, sem mais evidenciar astúcias do popular marajoara para resistir às avassaladoras entradas de meios e equipamentos de mundos urbanocêntricos.

Cenas para outros embarques

A riqueza do ser marajoara, apresentada por viajantes, religiosos, escritores e literatos evidenciou a indissociabilidade de mundos visíveis e invisíveis, cultura material e imaterial. Tais escrituras ampliam horizontes da documentação agostiniana, quando não permitiu sondagens mais densas em universos dos Marajós míticos, com suas fantásticas histórias visibilizadas em poderes e pelejas de homens e animais, que permeiam memórias orais de histórias locais. Todavia, não é difícil imaginar estranhamentos sentidos pelos religiosos, ao ouvirem modos de justificar fatos e origem das coisas, assim como podem ter se deixado envolver por tais lógicas de compreensões.

Se entidades das águas não aparecem nas narrativas agostinianas, seres destes ambientes líquidos e misteriosos, na concepção marajoara, são símbolos de vida e fertilidade. Sem as cobras os rios secam, os animais desaparecem e a floresta morre. Nos motivos marajoaras traços sinuosos e circulares expõem ventres maternos guardiães de cobras, já no imaginário afro, cobras serpenteiam rios e terras, interligando espaços separados, como é possível vislumbrar em *Três Casas e Um Rio*, romance de Dalcídio Jurandir.

Já em narrativas agostinianas, Frei Faustino Legarda contou em memórias publicadas em 1952, o que ouviu de exímios ribeirinhos a respeito de uma espécie do “aterrorizante” ofídio, em narrativa que expressa dúvidas e contaminações vividas em terras marajoaras.

Dizem que nestes rios marajoaras vivem gigantescos sucturijus, de 40 a 45 metros de comprimento. Nem acredito e nem desacredito. Muitos dos caboclos contam-me haverem visto esta espécie de ofídios, produzindo, na sua marcha, volumosas ondas. Por diante de Afuá, já passou, um dia destes, um exemplar dos maiores. Ainda não vi, assim tão grandes, mas, já levei horrível susto, em certa expedição, por dar forte remada num que eu cria morto, sendo que ele tava tomando o sol entre folhas de mururé. Podia ter 06 dedos de diâmetro ou pouco mais (LEGARDA, 1952, p. 102).

Nesses textos trazidos para configurar desafios e dinâmicas da vida marajoara, é possível inferir a confecção de mundos amazônicos como palco disputado por diversos tipos de registros. Entre os séculos XVII ao XXI, cronistas, viajantes, curiosos, cientistas, religiosos, literatos, lançaram-se águas adentro para contar sobre espaços, culturas e aspectos geofísicos da região (FARESa, 2003, p. 46). A importância desses escritos, numa sociedade plena de tradições de oralidade, em que as letras tiveram pouca importância na vida dos habitantes, aponta maneiras como percepções estrangeiras, nacionais ou regionais registraram passados localmente vividos. Moriz Schwarcz imprime a proposta de que esses olhares, alguns *inviesados*²⁷ não apenas construíram outra imagem da cultura alheia, mas “alteram e diferenciam seu próprio mundo, tornando-se estranho a si próprio. O estranhamento da viagem não é, assim, relativo ao “outro”, mas sempre ao próprio viajante, que se dá conta da própria relação de alteridade” (SCHWARCZ, 2001, p. 616).

O projeto de evangelização agostiniano, em suas experiências com os Marajós, a partir de 1930, para conseguir instalar-se, criar raízes e expandir-se, enfrentou limites e resistências em

função do insuficiente conhecimento apresentado em torno do regime das águas, das cosmologias e viveres na região. Necessitou adequar-se aos tempos de esperar, viajar e desembarcar, como registrou padre Faustino Legarda, nas muitas memórias que compôs, enquanto pároco de Afuá, Anajás e Chaves.

Valorizar, enfrentar e tentar dialogar com tais evidências e práticas sociais não é tarefa das mais simples para inexperientes nestas temáticas. Apesar de nossos limites, esforçamo-nos para entender e mergulhar no poder das águas em seu agenciar e reconfigurar de ambientes e identidades amazônicos. Sob sua orquestra, outros códigos, linguagens e expressões comunicativas de modos de vida são concebidas como manifestações de sutis e astuciosas resistências quase sempre gestadas por tradições afroindígenas, em contraposição à negação de seus saberes-fazer pela racionalidade letrada, hegemônica e globalizante que se alastra por toda a região sob a égide do pensamento ocidental, cartesiano e excludente.

Fontes Primárias

1. Fr. Dolsé Porfírio do Coração de Jesus. Memória da Casa de Soure do ano de 1945. In: *Boletín de la Provincia de Santo Tomaz de Villanueva O. A. R.* Ano XXVI, septiembre, 1946, num. 282, p. 320. A partir de agora *BPSTV/OAR*
2. Fr. Faustino Legarda Sda. Família. Memórias da Casa de Afuá. In: *BPSTV/OAR*. Ano XXIX, julio/agosto, 1949, num. 315..
3. Fr. Faustino Legarda da Sag. Família. Memória de Afuá. In: *BPSTV/OAR*. Año XXXII, abril/mayo, 1952, num. 333, p. 102.
4. Fr. Faustino Legarda Sda. Família. Relação da Missão de Afuá em 1953. In: *BPSTV/OAR*. Ano XXXIV, julio/agosto, 1954, num. 354.
5. Fr. Faustino Legarda da Sag. Família. Crônica da Missão de Afuá, 1957. In: *BPSTV/OAR*. Ano XXXVIII, diciembre, 1958, num. 385.
6. Fr. Antonio Garciandía. Mirando al Norte. In: *BPSTV/OAR*. Ano LXI, octubre/diciembre, 1981, num. 507.

Fontes Secundárias

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro (1782-1850). *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Vol. 30. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p. 281.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. “Notícia Histórica da Ilha de Joanes ou Marajó”. Revista do

²⁷ Sobre percepções de viajantes com olhares *enviesados* que de um lado testemunhavam e de outro desautorizavam práticas, manifestações e expressões de grupos formados dentro de outros padrões e lógicas culturais, consultar: (SCHWARCZ, 2001, p. 603-619 e LISBOA, 2001 p. 623-35).

Livro, ano VII, nº 26, Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1964.

GALLO, Giovanni. *Marajó: a ditadura da água*. Belém. 2.ed. Edições “O Nosso Museu. Santa Cruz do Arari, Pará, 1981.

JURANDIR, Dalcídio. *Três casas e um rio*. 3.ed. Belém: CEJUP, 1994.

_____. *Chove nos campos de Cachoeira*. 4.ed. São Paulo: CEJUP, 1995.

MENEZES, Maria de Belém. Um retrato de Dalcídio Jurandir. In: *Asas da Palavra*. Revista do Curso de Letras. Belém: Unama, nº 04, junho, p. 20-26, 1996.

MORAIS, Raimundo. *Anfiteatro Amazônico*. São Paulo: Melhoramento, 1936.

_____. *Na planície Amazônica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

NUNES, Benedito, PEREIRA, Ruy & PEREIRA, Soraia R. *Dalcídio Jurandir: romancista da Amazônia – Literatura e Memória*. Belém: SECULT; RJ: Fundação Casa de Rui Barbosa/Instituto Dalcídio Jurandir, 2006.

PEREIRA, Manoel Nunes. *Negros Escravos na*

Amazônia. In: *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia, 1944*. Rio de Janeiro: IBGE, V. 3, p.153-185, 1952.

_____. *A ilha de Marajó: estudo econômico-social*. Série Estudos Brasileiros, nº 08. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1956.

TEIXEIRA, José F. O Arquipélago de Marajó. *Anais do X Congresso Brasileiro de Geografia realizado na cidade do Rio de Janeiro (Distrito Federal) de 7 a 16 de setembro de 1944*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do IBGE, V. VIII, p. 713-807, 1952.

TOCANTINS, Leandro. *O rio comanda a vida: uma interpretação da Amazônia*. 8. ed. RJ: Record, 1988.

TOCANTINS, Sylvia Helena. *As ruínas de Surua-nã: romance marajoara*. Belém: Gráfica Falangola, 1987.

_____. *No tronco da Sapopema: vivências interiores*. Belém: Imprensa Oficial, 1998.

_____. *A Lenda do Amor Eterno: romance marajoara*. Belém: Impr. Oficial do Pará, 2005.

Referências

ANTONACCI, Maria Antonieta. África/Brasil: corpos, tempos e histórias silenciadas. In: *Revista Eletrônica Tempo & Argumento*, nº 1, Florianópolis, UDESC, maio, 2009.

ASSIS, Rosa. Uma leitura nas cartas de Dalcídio Jurandir. In: *Asas da Palavra*. Revista do Curso de Letras. Belém: Unama, nº 04, junho, p. 41-47, 1996.

CARDOSO, Alírio. Belém na conquista da Amazônia: antecedentes à fundação e os primeiros anos. In: FONTES, Edilza (Org.) *Contando a História do Pará: da conquista à sociedade da borracha*. Vol. I. Belém: E. Motion, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos. As ilhas e arquipélagos tropicais brasileiros: práticas sociais e simbólicas. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.) *Ilhas e Sociedades Insulares*. São Paulo: NUPAUB, 1997.

FARES, Josebel Akel. *Cartografias marajoaras: cultura, oralidade, comunicação*. Tese de Doutorado em Comunicação e Semiótica pela PUC-SP. São Paulo, 2003.

_____. Imagens poéticas de águas amazônicas. In: *Asas da Palavra*. Revista do Curso de Letras do

Centro de Ciências Humanas e Educação. Belém: Unama, vol. 06, nº 18, dezembro/2004.

FERREIRA, Jerusa Pires. Memória das águas. In: *Asas da Palavra*. Revista do Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Educação. Belém: Unama, vol. 06, nº 18, dezembro, p. 13-16, 2004.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. Anfiteatro da cura: pajelança e medicina na Amazônia no limiar do século XX. In: CHALHOUN, Sidney et. al. (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003, p. 273-304.

FRAIXE, Terezinha J. P. *Homens Anfíbios: etnografia de um campesinato das águas*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e do Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

GOMES, Flávio dos Santos. Fronteiras e Mocambos: o protesto negro na Guiana Brasileira. In: GOMES, Flávio dos Santos. *Nas terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVII/XIX*. Belém: Editora Universitária/UFPA, 1999

HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. “A tradição viva”. In: KI-

ZERBO (Org.) *História Geral da África*. Vol. 1. São Paulo. Ed. Ática/UNESCO, 1982.

LISBOA, Karen Macknow. Viajantes vêm as festas oitocentistas. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Org.) *Festas: cultura e sociabilidade na América Portuguesa* – vol. II, São Paulo:

HUCITEC: EDUSP: FAPESP: IMPRESSA OFICIAL, 2001, p. 623-35.

SCHWARCZ, Lília Moriz. Viajantes em meio ao império das festas. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Iris (Org.) *Festas: cultura e sociabilidade na América Portuguesa* – vol. II, São Paulo: HUCITEC: EDUSP: FAPESP: IMPRESSA OFICIAL, 2001, p. 603-619.

Agenor Sarraf Pacheco

Doutor em História Social pela PUC-SP,

Professor Titular da Universidade da Amazônia

– UNAMA. O artigo é um desdobramento

do I capítulo de nossa Tese de Doutorado em

História Social, defendida em 19 de junho de

2009, no Programa de Estudos Pós-Graduados

em História, da Pontifícia Universidade Católica

de São Paulo, intitulada: EN EL CORAZÓN

DE LA AMAZONÍA: *Identidades, Saberes e*

Religiosidades no Regime das Águas Marajoaras,

sob a orientação da professora Dr^a Maria

Antonieta Martinez Antonacci.

Recebido em 12/09/2009

Aprovado para publicação em 30/09/2009